

# **SIMULADO AUTORAL**

---

# **MAGIS**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**PROVA DISCURSIVA**

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

Maria é portadora de doença renal. Para o seu tratamento foi indicado um medicamento não fornecido pelo SUS (sistema único de saúde), mas o único que possui efeito significativo ao seu problema. O valor do medicamento é superior a R\$3.000,00, não dispondo de condições financeiras para adquiri-lo todos os meses.

Á luz do entendimento jurisprudencial, diante de uma ação de obrigação de fazer:

- a) Quem deve figurar no polo passivo?
- b) O Magistrado pode direcionar o cumprimento da obrigação e/ou determinar o ressarcimento?
- c) Caso Maria proponha a ação apenas contra o Estado, mas esse informa que a saúde é um dever dos três entes federados. É possível o chamamento ao processo?
- d) Há diferenciação na legitimidade para figurar no polo passivo se o medicamento receitado a Maria possui ou não registro na ANVISA? Explique.

(0,40 Pontos)

**HUMANÍSTICA**

Defina estratificação social e as duas posições de classe (teoria marxista e a teoria funcionalista).

(0,40 Pontos)

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**A administração pública celebra um contrato sem a prévia licitação, bem como sem estar amparada nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade. Não bastasse, o contratante agir de má-fé na celebração do contrato, ele ainda subcontratou terceiros para prestar parcelas dos serviços. No caso apresentado em que a contratação se deu de forma verbal, sem licitação e sem observância da lei, a administração pública deverá pagar à empresa pelos serviços executados? E aos subcontratados?**

(0,40 Pontos)

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**Maria é professora efetiva da rede municipal de ensino e, segundo a lei municipal, possui direito a 45 dias de férias por ano, distribuídos nos períodos de recesso escolar. Nesse caso, o Município deve pagar o terço constitucional de férias, em relação a 30 ou 45 dias por ano?**

**(0,40 Pontos)**

**DIREITO AMBIENTAL**

Determinado navio, enquanto atracado no porto de Paranaguá/PR, causou derramamento de substâncias poluidoras. Em razão do derramamento do óleo e do metanol, a pesca na região ficou temporariamente proibida. O IBAMA autuou a empresa em razão da sua omissão para conter/minorar o dano ambiental, após o acidente enquanto que a Capitania dos Portos autuou a empresa por ela ter lançado ao mar substâncias proibidas pela legislação que rege a matéria. Agiram corretamente o IBAMA e a Capitania dos Portos?

(0,40 Pontos)

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

Como a doutrina faz distinção entre taxas e tarifas. Trate do tema sob o ponto de vista do Direito Tributário e do Direito Financeiro.

(0,40 Pontos)

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

É constitucional lei estadual que institui taxa de segurança para eventos cobrada dos organizadores do evento pela prestação de serviços no local pelas polícias, bombeiros e Detran?

(0,40 Pontos)

**DIREITO EMPRESARIAL**

No ano de 2000, uma empresa inaugurou uma rede de lojas com a marca BIG, em diversos estados brasileiros. Algum tempo depois, uma concorrente registrou no INPI as marcas BIGÚTIL e BIG UTILIDADES. Diante disso, a empresa BIG ingressou com ação de nulidade de registro de marca contra o INPI e a concorrente. A parte autora afirmou que o registro gerava confusão nos consumidores e aproveitamento parasitário considerando que a marca BIG era notoriamente conhecida no ramo de utilidades. Você como Magistrado qual a decisão tomaria?

(0,40 Pontos)

**DIREITO EMPRESARIAL**

De acordo com a Lei nº 11.101/05 e entendimento jurisprudencial, responda:

- a) Em que consiste a recuperação judicial?
- b) Qual o foro competente para se ingressar com ação de recuperação judicial?
- c) A quem compete decidir se o crédito está ou não submetido aos efeitos da recuperação judicial?

(0,40 Pontos)

**DIREITO ELEITORAL**

A cota de gênero, atualmente prevista no art. 10, §3º, da Lei nº 9.504/97, consiste na obrigação de o partido reservar, pelo menos, 30% de candidaturas aos cargos proporcionais para cada sexo (masculino ou feminino). Em caso de suposta fraude à cota de gênero, responda:

- a) Poderá ser apurada mediante qual instrumento?
- b) Constatada a fraude, qual a condenação a ser aplicada e para quem?

(0,40 Pontos)

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

Existe uma decisão transitada em julgado dizendo que, em uma relação jurídica de trato sucessivo, o contribuinte não precisa pagar determinado tributo porque ele seria inconstitucional. Posteriormente, o STF decide que esse tributo é constitucional; a partir dessa decisão do STF o Fisco poderá cobrar o tributo desse contribuinte em relação aos fatos geradores surgidos após a decisão da Corte?

(0,40 Pontos)

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**Em que consiste a cláusula de reserva de plenário? Deve estar presente na declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto? E na interpretação conforme?**

**(0,40 Pontos)**

**DIREITO PENAL**

**Acerca do estupro de vulnerável (Art. 217-A, do Código Penal):**

**a) É possível excluir o crime de estupro de vulnerável com base no princípio da adequação social?**

**b) Em que consiste a chamada “exceção de Romeu e Julieta”? É aceita no ordenamento jurídico brasileiro?**

**(0,40 Pontos)**

**DIREITO PENAL**

Conceitue autoria mediata e indique quais são as hipóteses trazidas pelo Código Penal, explicando-as.

(0,40 Pontos)

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

Francisco é Juiz da Vara de Execução Penal. Pedro cumpre pena no regime fechado e requereu a progressão para o regime semi-aberto. O magistrado deferiu o pedido, condicionando-o ao cumprimento das seguintes obrigações:

I - permanecer no local que for designado, durante o repouso e nos dias de folga;

II - sair para o trabalho e retornar, nos horários fixados;

III - não se ausentar da cidade onde reside, sem autorização judicial;

IV - comparecer a Juízo, para informar e justificar as suas atividades, quando for determinado.

V – limitação do fim de semana.

VI – prestação de serviços à comunidade.

Analise, de forma fundamentada, se foi correta a decisão do magistrado.

(0,40 Pontos)

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**“Medida de segurança é a modalidade de sanção penal com finalidade exclusivamente preventiva, e de caráter terapêutico, destinada a tratar inimputáveis e semi-imputáveis portadores de periculosidade, com o escopo de evitar a prática de futuras infrações penais.” (MASSON, Cleber. Direito Penal esquematizado. São Paulo: Método, 2012, p. 815).**

**1. Quem são os semi-imputáveis? Quando será aplicada medida de segurança e quando será causa de redução de pena?**

**2. Qual a natureza jurídica da sentença proferida no âmbito da medida de segurança?**

**(0,40 Pontos)**

**DIREITO DO CONSUMIDOR**

Em 01/07/2022, a Agência Nacional de Saúde (ANS) publicou a Resolução Normativa 539/2022, que tornou obrigatória a cobertura para qualquer método ou técnica indicado pelo médico assistente para o tratamento do paciente com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Antes dessa data, se o plano de saúde negasse tratamento multidisciplinar para o paciente com autismo, obrigando-o a buscar a sua realização, por conta própria, fora da rede credenciada, esse usuário teria direito de obter judicialmente o reembolso integral das despesas?

(0,40 Pontos)

**DIREITO DO CONSUMIDOR**

Maria, concursada da rede municipal na função de serviços gerais, vive unicamente com os proventos advindos do seu salário, que totalizam R\$4mil. Ao longo dos últimos anos, Maria fez inúmeros empréstimos consignados e contraiu dívidas em seus cartões de crédito, que comprometem mensalmente a quantia de R\$3 mil. Os empréstimos foram firmados com a Caixa Econômica Federal, entidade financeira onde recebe seu pagamento mensal. Ela alega que suas despesas essenciais para sobrevivência perfazem R\$ 2mil. Assim, encontra-se impossibilitada de pagar suas dívidas sem comprometer o seu mínimo existencial. Com base no caso, responda:

- a) Maria se enquadra no conceito de superendividada, nos termos do art. 54-A, §1º, do CDC?
- b) Qual o procedimento adequado para Maria rediscutir suas dívidas com a finalidade de pagá-las e não comprometer o seu mínimo existencial?
- c) Qual o juízo competente para processar e julgar eventual pedido de repactuação de dívidas, considerando que os empréstimos consignados foram celebrados com a Caixa Econômica Federal?

(0,40 Pontos)

**DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

**Diferencie as fases do direito da criança e do adolescente no Brasil.**

**(0,40 Pontos)**

**DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Em que consiste o termo “adolescente em conflito com a lei”? Possui previsão legal?

(0,40 Pontos)

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

Imagine a seguinte situação adaptada:

O STJ, ao julgar Incidente de Assunção de Competência, disse que compete à Justiça do Trabalho julgar demanda relativa a plano de saúde de autogestão empresarial se ele for regulado em contrato de trabalho, convenção ou acordo coletivo (STJ. 2ª Seção. EDcl no REsp 1799343/SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 24/06/2020. Tema IAC 5).

João, empregado de uma empresa de metalurgia, ingressou com ação na Justiça Estadual comum, questionando o plano de saúde de autogestão empresarial que é oferecido aos funcionários.

A Empresa apresentou contestação e alegou incompetência da Justiça Estadual para o processamento do feito, tendo em vista que o plano de saúde da Empresa foi instituído por acordo coletivo celebrado com o sindicato dos metalúrgicos. Logo, eventuais demandas envolvendo esse plano de saúde deveriam tramitar na Justiça do Trabalho. Ocorre que o Juiz Estadual manteve o entendimento pela competência da Justiça Estadual, a despeito da decisão proferida pelo STJ no IAC 5.

Diante disso, a Empresa de Metalurgia ingressou com reclamação no STJ, nos termos do art. 988, IV, do CPC, sustentando que o Juiz Estadual está descumprindo o que foi decidido no IAC 5.

João contra argumentou afirmando que não caberia reclamação já que não houve esgotamento das instâncias ordinárias, conforme exige o art. 988, § 5º, II, do CPC. Responda:

- a) Em que consiste a reclamação e o Incidente de Assunção de Competência?
- b) Qual a natureza jurídica de tais institutos?
- c) O argumento de João foi acolhido pelo STJ? Era necessário o prévio esgotamento das instâncias ordinárias, neste caso?

(0,40 Pontos)

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

Carlos impetrou mandado de segurança contra ato de autoridade coatora do Município. A ordem foi concedida por sentença definitiva, em face da qual o Município interpôs apelação. O Tribunal de Justiça, por sua vez, deu integral provimento à apelação, reformando a sentença no mérito para denegar a ordem. Irrresignado, Carlos interpôs recurso extraordinário, mas, antes que o recurso fosse julgado, requereu a desistência da ação. Ouvido, o Município se manifestou contrariamente ao requerimento de desistência. Responda às seguintes perguntas, com base na legislação em vigor e na jurisprudência dos Tribunais Superiores:

- a) Diferencie a desistência da ação e do recurso quanto aos seus efeitos.
- b) O requerimento de desistência do impetrante, na hipótese apresentada, deve ser acolhido? Discorra a respeito.
- c) Seria possível a análise do remédio constitucional se impetrado contra autoridade coatora equivocada?

(0,40 Pontos)

**DIREITO CIVIL**

Pedro, advogado, havia sido aprovado em um concurso e resolveu, então, alienar a sala, com todos os móveis que a guarneciam, a João, seu colega advogado, o que foi feito.

Segundo o contrato de compra e venda, a sala teria 50 metros quadrados, um computador, uma mesa e uma cadeira. Quando João recebeu a sala, a primeira coisa que fez foi realizar a medição da sala, ocasião em que constatou que a sala tinha apenas 48 metros quadrados, o que o levou a ajuizar uma ação pedindo a resolução do contrato.

À luz da situação hipotética, responda:

- a) a pretensão de João merece ser acolhida?
- b) qual é a diferença entre a venda Ad corpus e Ad mensuram?

(0,40 Pontos)

**DIREITO CIVIL**

Fulano, servidor público, era beneficiário de um seguro de vida coletivo, o qual tinha sido celebrado por meio da Associação dos Servidores Públicos Civis do Estado, associação da qual ele era associado há mais de 14 anos. A associação figurou na condição de estipulante no contrato celebrado com a seguradora Viva S.A. Ocorre que algumas informações acerca de cláusulas limitativas do contrato não foram repassadas adequadamente a Fulano. Após 02 anos de vigência do contrato, Fulano morre em um acidente automobilístico e a sua esposa, Cicrana, intenta receber o valor referente à cobertura. Nesse caso:

- a) Cicrana poderá cobrar o valor da cobertura da Associação dos Servidores Públicos Civis do Estado?
- b) A quem caberia prestar as informações claras acerca do contrato a Fulano?
- c) O que se entende por estipulante impróprio ou falso estipulante?

(0,40 Pontos)

**DIREITO CIVIL**

João faleceu sem deixar filhos e cônjuge. Deixou, contudo, três irmãos: Pedro, Paulo e Tiago. Pedro ajuizou ação de inventário e partilha dos bens deixados por João. Na ação, Pedro indicou como únicos herdeiros ele mesmo, Paulo e Tiago, pedindo a citação dos dois. Os três fizeram um acordo dividindo a herança. O juiz proferiu sentença homologando a partilha e atribuindo aos três os devidos quinhões, transitando em julgado.

Ocorre que, logo em seguida, antes que o formal de partilha fosse expedido, Maria peticionou nos autos informando que vivia em união estável com João até a data do óbito e, como consequência, pediu a sua habilitação.

Em razão desse fato, o juízo do inventário suspendeu a expedição do formal de partilha e, após regular contraditório e oitiva do Ministério Público, declarou insubsistente a sentença homologatória anteriormente proferida, consignando que “deverá o inventário prosseguir com a elaboração de nova partilha, com a inclusão de Maria como meeira e herdeira dos bens adquiridos onerosamente na constância da união.”

Logo em seguida, houve decisão do STF em sede de repercussão geral (tema 809), fixando a tese de que: É inconstitucional a diferenciação de regimes sucessórios entre cônjuges e companheiros, devendo ser aplicado, em ambos os casos, o regime estabelecido no art. 1.829 do Código Civil.

Tendo em conta o caso concreto, responda:

- a) Agiu corretamente o Magistrado declarando inexistente a sentença proferida?
- b) Como deverá decidir em relação à partilha? A decisão do STF é retroativa, ou seja, vai atingir processos que já estavam tramitando?

(0,40 Pontos)



**Não deixe o estudo  
da subjetiva para depois!**

[www.treinesubjetivas.com.br](http://www.treinesubjetivas.com.br)

[f](#) [@](#) [v](#) /treine.subjetivas